



DESTAQUE

[A inflexão ultra-liberal no Brasil: financeirização urbana e a mercantilização da cidade](#)

O INCT Observatório das Metrópoles promoveu, no período de 29 a 31 de março, o Seminário Regimes Urbanos e Governança Metropolitana, em Natal/RN. O evento teve como objetivo de debater os caminhos do novo programa de pesquisa do Observatório diante do contexto atual de crise política e econômica no país. Segundo o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, a decisão da rede de pesquisa foi pela reorientação das linhas e dos projetos em função da hipótese da inflexão ultra-liberal no Brasil e na ordem urbana das metrópoles. “Esta inflexão se traduz (1) no avanço da tendência da financeirização urbana e da mercantilização da cidade; e (2) no surgimento de regimes urbanos fundados no empreendedorismo local. No caso da inflexão na ordem urbana, destacamos a Medida Provisória 759/2016 que rompe com vários regimes jurídicos de acesso à terra, construídos com participação popular; acaba com o tratamento prioritário das áreas de interesse social; e anistia o mercado imobiliário e especuladores urbanos e rurais”.



ARTIGO

[A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho para o alcance da justiça social](#)

Neste artigo apresentado no XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Rainer Randolph (IPPUR/UFRJ) defende a necessidade e a importância da elaboração de uma perspectiva não-instrumental do planejamento como uma utopia que está inserida nas próprias contradições (potencialidades) das sociedades contemporâneas e, neste sentido, “não-utópica”. A análise lança mão de uma abordagem que contempla a produção social da realidade na sua dimensão histórica, e procura oferecer pistas para uma compreensão diferente da potencialidade do planejamento, e na sua inserção para uma transformação profunda da sociedade capitalista.

ANÁLISE

[MP 759: Regularizar a exclusão](#)

Está tramitando no Congresso Nacional a Medida Provisória (MP 759/16) que trata de três questões muito importantes para o país: a regularização de terras envolvidas em projetos de assentamento de reforma agrária, a regularização fundiária urbana e a venda das terras públicas pertencentes à União. Nesta análise a urbanista Raquel Rolnik mostra que a MP está envolta em um debate extenso e complexo, embora trate de um assunto fundamental no Brasil: o acesso à terra. Segundo Rolnik, se aprovada a lei irá inviabilizar a utilização das terras públicas para a construção de habitações de interesse social, ou seja, mais uma vez na história do país será negado o direito de acesso à terra para quem tem poucos recursos.

MOBILIZAÇÃO URBANA

campanha pela função social da cidade e da propriedade

[FNRU: Campanha pela Função Social da Cidade e da Propriedade](#)

Com o propósito de transformação das cidades brasileiras em espaços democráticos, igualitários, sustentáveis, com condição de vida digna a todas e todos, o Fórum Nacional de Reforma Urbana impulsiona a campanha Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana. O ponto de partida da campanha é a luta pela concretização do Direito à Cidade, entendendo que esse direito pressupõe que as cidades cumpram uma função social, garantindo a todos os seus habitantes o usufruto pleno de seus recursos. Dessa maneira, não compreende a visão das cidades como meras porções territoriais, mas o local de realização de direitos, como, por ex. moradia, trabalho, mobilidade e lazer, que deve estar a serviço do bem-estar de todos seus habitantes e não do processo de acumulação do capital por poucos.

Veja Mais

[VÍDEO — A Arquitetura e a dança dos corpos](#)

[Carta da Maré: as periferias e seu lugar na cidade](#)

[Campanha contra a PEC da Previdência](#)

[GeoSampa: descubra os monumentos históricos de São Paulo](#)